



MUNICÍPIO DE
CASCADEL
ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCADEL
Recebido em 09/04/18
Protocolo

ANTEPROJETO DE LEI Nº 33 /2019

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONCEDER BOLSA AUXILIO MORADIA E
AUXILIO ALIMENTAÇÃO AOS MÉDICOS
VINCULADOS AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCADEL, ESTADO DO PARANÁ,
APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o poder Executivo Municipal a conceder bolsa moradia e alimentação, por meio da modalidade recurso pecuniário, para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil", instituído pela Lei Federal nº 12.871/2013 e pela Portaria Interministerial nº 1.369/2013 do Ministério da Saúde.

Art. 2º Para o fornecimento de moradia aos profissionais participantes do Programa "Mais Médicos para o Brasil", o Município adota como modalidade o recurso pecuniário para locação de imóvel, em padrão suficiente para acomodar o profissional e seus familiares, no valor de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), observados os padrões mínimos e máximos da Portaria Interministerial nº 30/2014 e 300/2017 da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES/MS, podendo o gestor distrital e/ou municipal adotar valores superiores, conforme a realidade do mercado imobiliário local, mediante comprovação do valor mediante 03 (três) cotações de custo no mercado imobiliário do Município ou Distrito Federal.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o profissional médico participante deverá comprovar que o recurso pecuniário está sendo utilizado tão somente para a finalidade de despesa com moradia, incluindo água potável; energia elétrica; condomínio, IPTU e Taxa de Lixo (caso sejam pagos pelo profissional) e internet encaminhando para a Divisão de Gestão Financeira da Secretaria Municipal de Saúde a cópia do contrato de locação de imóvel ou qualquer outro instrumento hábil que faça a comprovação de utilização do recurso com custeio de sua moradia, até a valor máximo previsto na Portaria, os gastos que ultrapassem o valor ficarão a cargo do profissional, não sendo ressarcidos pela Administração Pública o montante excedente.

Art. 3º Autoriza o Município de Cascavel a reduzir o valor do recurso pecuniário estabelecido no *caput* do art. 2º desta Lei em caso de comprovação de despesa inferior ao estabelecido a título de bolsa moradia.

Art. 4º A oferta de moradia aos médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" deverá atender às condições mínimas de habitabilidade e segurança.

Parágrafo único. São critérios para aferição de condições mínimas de habitabilidade:





MUNICÍPIO DE
CASCATEL
ESTADO DO PARANÁ

- I – Infraestrutura física e sanitária do imóvel em boas condições;
- II – Disponibilidade de energia elétrica;
- III – Abastecimento de água.

Art. 5º Para o fornecimento de alimentação aos profissionais médicos participantes do Programa “Mais Médicos para o Brasil”, o Município adota como modalidade o recurso pecuniário no valor de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), nos termos da Portaria Interministerial nº 30/2014 e 300/2017 da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES/MS.

Art. 6º Os profissionais médicos participantes do Programa “Mais Médicos para o Brasil” perderão o direito à percepção da complementação pecuniária nas seguintes hipóteses:

- I – Abandono ou desistência do Programa; e/ou
- II – Desligamento do Programa.

Parágrafo único. No caso de ausência injustificada do profissional médico participante de suas atividades, por prazo superior a 30 (trinta) dias, haverá a suspensão do benefício e a notificação do ocorrido à Coordenação Descentralizada do Programa “Mais Médicos para o Brasil”, a depender do caso.

Art. 7º Os médicos participantes do Programa “Mais Médicos para o Brasil” são filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS como contribuintes individuais, na forma da Lei Federal nº 8.212/1991.

Parágrafo único. Ficam ressalvados da obrigatoriedade de que trata o *caput* deste artigo os médicos intercambistas:

- I – Selecionados por meio de instrumentos de cooperação com organismos internacionais que prevejam cobertura securitária específica; ou
- II – Filiados a regime de seguridade social no seu país de origem, que mantenha acordo internacional de seguridade social com a República Federativa do Brasil.

Art. 8º Os médicos participantes do Programa “Mais Médicos para o Brasil” terão direito, conforme o caso, à licença-paternidade de 05 (cinco) dias ou à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 9º. As funções desempenhadas pelos médicos do Programa “Mais Médicos para o Brasil” não geram vínculo empregatício com o Município de Cascavel, ficando-lhes assegurados os direitos expressamente previstos nesta Lei, com exclusão de qualquer outro de natureza funcional.

Parágrafo único. As funções de que trata o *caput* deste artigo não têm natureza de verba salarial, não integrando, para qualquer efeito, à remuneração dos servidores públicos municipais.





MUNICÍPIO DE
CASCVEL
ESTADO DO PARANÁ

Art. 10. As obrigações assumidas em decorrência da adesão do Município ao "Programa Mais Médicos para o Brasil", serão custeadas pelo Município até o encerramento destes ou enquanto estiver em vigor e eficaz o Termo de Adesão e Compromisso celebrado com a União, por meio do Ministério da Saúde.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias previstas para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 12. Os recursos pecuniários dispostos nesta Lei serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês de referência, mediante depósito em conta corrente.

Art. 13. O valor do recurso pecuniário previsto nesta Lei poderá sofrer reajuste sempre que o fizer o Ministério da Saúde, independentemente de Lei autorizativa, podendo ser feito por meio de Decreto Municipal.

Art. 14. Os pagamentos previstos e demais obrigações decorrentes desta Lei ou do Termo de Adesão e Compromisso assinados com a União, por meio do Ministério da Saúde não geram para o médico ou residentes participantes vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município.

Art. 15. Os pagamentos dos recursos pecuniários de que trata esta Lei têm natureza de verba meramente indenizatória, não configurando em hipótese alguma, retribuição ou contraprestação por serviços prestados.

§ 1º Os auxílios de que trata a presente lei, serão automaticamente extintos, em caso de cancelamento do programa ou desvinculação do Município de Cascavel/PR.

Art. 16. Em caso de necessidade poderão ser expedidos Decretos para a execução desta Lei.

Art. 17. Outras disposições relacionadas aos profissionais participantes do Programa "Mais Médicos para o Brasil" serão regidas nos termos da Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e demais legislações pertinentes.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.709 de 06 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Cascavel, 28 de março de 2019.


Leonaldo Paranhos,
Prefeito Municipal.





MUNICÍPIO DE
CASCVEL
ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM DE LEI

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal o anexo Anteprojeto de Lei que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AOS PROGRAMAS DE 'MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL', 'RESIDÊNCIA MÉDICA' E 'RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

As residências médicas e multiprofissionais em área profissional da saúde, criadas a partir da promulgação da Lei nº 11.129 de 2005, são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das necessidades e realidades locais e regionais, e abrangem as profissões da área da saúde, quais sejam: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (Resolução CNS nº 287/1998).

Muitos formandos concluem a graduação e não conseguem vagas de residência, sendo obrigados a mudar para capitais e outras regiões, deixando para trás a comunidade que poderia se beneficiar com o exercício de sua profissão.

Neste sentido, além da graduação, um forte componente de fixação dos médicos nos municípios é a disponibilidade de programas de residência, reconhecida legalmente e tecnicamente como o padrão ouro de formação de médicos especialistas no Brasil.

A Atenção Básica é o primeiro, mais efetivo e duradouro ponto de contato entre os sistemas de saúde e a comunidade, pois é nesse atendimento que se resolvem ou evitam a maior parte dos problemas de saúde, que acometem as pessoas ao longo de suas vidas.

Nesse contexto, o objetivo dos Programas de Residências é formar profissionais de saúde, por meio da educação em serviço para o desempenho de atividades no Sistema Único de Saúde, tendo por base o modelo de atenção proposto pela Estratégia Saúde da Família.

Ademais, a iniciativa de criação dos Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional se justifica porque a Secretaria Municipal de Saúde possui uma longa história de integração ensino-serviço, sendo que as primeiras aproximações foram feitas entre as Universidades e a referida Secretaria com atividades extracurriculares de estudantes de cursos técnicos e de graduações na área da saúde e, posteriormente em diversos outros cursos.

Com esse movimento, houve a ampliação dos campos de estágio para atender a crescente demanda para as atividades práticas dos diversos cursos da saúde e por esse motivo, as Unidades de Saúde do Município são consideradas espaços privilegiados de educação e potenciais campos de estágio para o processo de formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde.

Desde então, a rede básica de saúde passou por uma importante reestruturação do modelo assistencial com a afirmação da Saúde da Família como estratégia de organização.

Espera-se desenvolver condições concretas de ensino-aprendizagem que promovam práticas em saúde pautadas na realidade local e fundamentadas em ações éticas, integrais, interdisciplinares e intersetoriais, além da qualificação dos residentes em formação para o desempenho de suas atividades no Sistema Único de Saúde, com base nos pressupostos e diretrizes da Atenção Primária em Saúde e da Estratégia Saúde da Família.





MUNICÍPIO DE
CASCVEL
ESTADO DO PARANÁ

A adesão do Município ao Programa Mais Médicos soma-se a um conjunto de ações e iniciativas do governo para o fortalecimento da Atenção Básica do país. A Atenção Básica é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), que está presente em todos os municípios e próxima de todas as comunidades. É neste atendimento que 80% dos problemas de saúde são resolvidos.

Nesse contexto, o Município passa a contar com um médico na própria comunidade, disponível para dar orientações, prevenir doenças, realizar consultas e acompanhar a saúde das famílias, atuando em equipes de saúde da família com enfermeiros, agentes de saúde, dentistas e outros profissionais. Fato que representa muito mais que saúde ao usuário do Sistema Único de Saúde: significa levar atenção humanizada, cuidado, respeito e qualidade de vida aos cidadãos que precisam e usam frequentemente os serviços de saúde do SUS.

A adesão do Município aos Programas "Mais Médicos para o Brasil", "Residência Médica" e "Residência Multiprofissional" permitirá a atuação de novos profissionais para atuação na atenção básica e na urgência e emergência, proporcionando maior celeridade e qualidade aos Municípios com menor impacto orçamentário.

Considerando que os Programas "Mais Médicos para o Brasil", "Residência Médica" e "Residência Multiprofissional" se constituem por legislações específicas, solicita-se a desvinculação dos programas da atual Lei Municipal, para que possamos atender as particularidades específicas de cada programa.

Essas são, Senhor Presidente, as razões que justificam a elaboração destes Anteprojeto de Lei que submeto à apreciação dos Senhores Membros da Câmara Legislativa, renovando a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Cascavel, 28 de março de 2019.


Leonaldo Paranhos,
Prefeito Municipal.

Ao Excelentíssimo Vereador
ALÉCIO ESPÍNOLA
Presidente da Câmara Municipal
Cascavel – Paraná





MUNICÍPIO DE
CASCVEL
ESTADO DO PARANÁ

IMPACTO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

2019					
	QTDE. TOTAL	QTDE. ATUAL	PECÚNEO *	AUX. ALIMENTAÇÃO	TOTAL MENSAL
Mais Médicos	13	12	R\$ 2.750,00	R\$ 770,00	R\$ 42.240,00
Total	13	12	R\$ 2.750,00	R\$ 770,00	R\$ 42.240,00
					R\$ 506.880,00
					R\$ 506.880,00

OBS.: * O VALOR REFERENTE AO PECÚNEO PODE ATINGIR ATÉ R\$ 2.750,00 / MENSAL. É PAGO CONFORME DISPOSTO NA LEI Nº 6.709/2017, CONSIDERANDO QUE O PROFISSIONAL RECEBE DE ACORDO COM A COMPROVAÇÃO.

